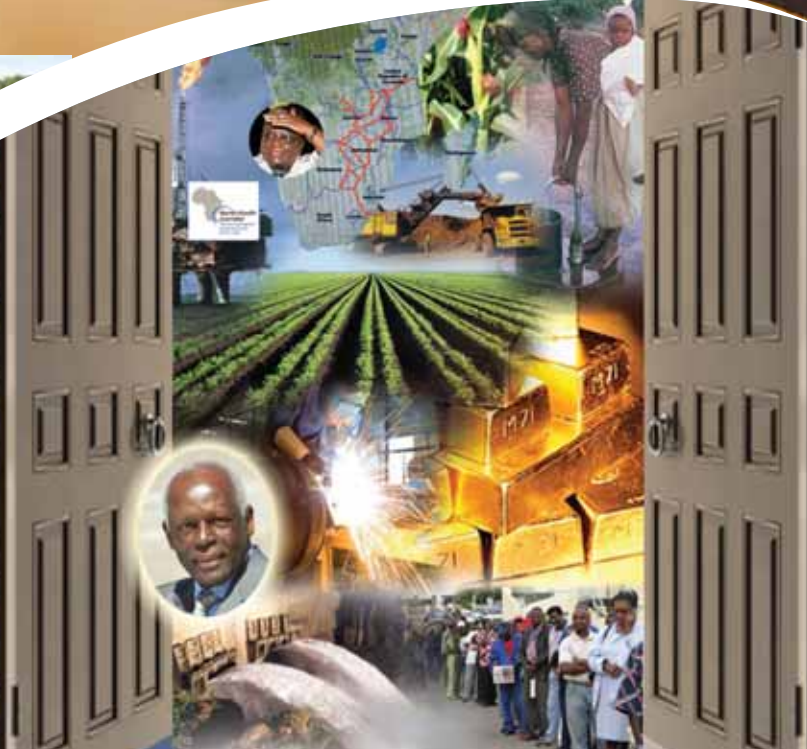




ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 14.1 No 1 Dezembro 2011



O ano 2011

A **ÁFRICA AUSTRAL** deu mais um passo para a integração regional este ano, com realizações bem como desafios na integração do comércio, energia, conservação e igualdade de género.

O principal indicador de para a integração comercial foi o lançamento formal das negociações, pela SADC, do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) para o estabelecimento de um mercado integrado, abrangendo 26 Países, metade da África.

Espera-se que a proposta Área Tripartida de Comércio Livre (ACL) possa vir a impulsionar o comércio intra-regional através da criação de um mercado mais amplo, mais fluxos de investimento, aumentar a concorrência e o desenvolvimento de infra-estrutura inter-regional.

Esta "Grande" ACL irá oferecer um mercado combinado de mais de 600 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto de cerca de 1 trilhão de dólares norte-americanos, abrindo fronteiras para metade do continente, abrangendo as regiões inteiras do sul e leste da África - a partir do Cabo ao Cairo.

Grandes projectos de infra-estrutura planejados pelas três Comunidades Económicas

Regionais (CERs) incluem aqueles ao longo do Corredor Norte-Sul, que atravessa oito Países da África Austral e Oriental, que se estende entre os portos de Dar es Salaam e Durban.

Um valor inicial de 1200 milhões dólares norte-americanos foram mobilizados em Abril de 2009 para a modernização de infra-estruturas regionais, incluindo mais de 8.000 quilómetros de estradas e 600 km de linhas férreas, bem como portos e linhas de transmissão de energia.

A SADC continua a enfrentar uma séria crise de energia a medida que avança em direcção à produção de excedentes de energia, esperado atingir a plenitude em 2014, caso projectos de energia de curto prazo sejam implementados a tempo.

Concessionárias de energia que são membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) identificaram projectos prioritários para a implementação nos próximos anos, e a região está lentamente virando para a energia renovável como transição para energia limpa e alternativa que tem estado ganhar impulso com o desenvolvimento de fontes de energia renovável como solar, hídrica e eólica.

POLÍTICA	3
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	4
SEGURANÇA ALIMENTAR	5
INFRA-ESTRUTURA	6
COMÉRCIO	7
ENERGIA	8-10
BREVES NEGÓCIOS	11
CHINA-ÁFRICA	12
ELEIÇÕES	13
COMUNIDADE	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2

O ano 2011

A Cimeira de 2011 dos Chefes de Estado e de Governo da SADC efectuou a revisão da implementação de programas de infra-estrutura, incluindo o projecto de interligação de electricidade entre o Zimbabwe-Zâmbia-Botsuana-Namíbia (ZiZaBoNa) e ressaltou a importância da infra-estrutura, solicitando a rápida conclusão do Plano Director de Infra-estruturas.

Em 2011, a SADC estabeleceu o maior parque transfronteiriço do mundo quando cinco Países assinaram o tratado para a Área de Conservação transfronteiriça Kavango-Zambezi (KAZA TFCA), envolvendo Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe e cobrindo uma área de cerca de 444.000 quilómetros quadrados.

Quando o ano se aproximava do fim, África do Sul organizou uma grande conferência mundial sobre as mudanças climáticas destinada a negociar um consenso sobre o futuro do Protocolo de Quioto, que expira em 2012.

A 17ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (conhecida como COP17) ofereceu uma oportunidade para a comunidade global chegar a um acordo para um objectivo comum. No final da conferência, foi acordado que o diálogo deve continuar por mais três anos. A Cimeira da SADC exortou a todos os Estados-Membros para apoiar a posição comum Africano.

2011 foi o ano em que o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento recebeu ratificações suficientes para entrar em vigor, apesar dos atrasos no depósito de documentos o Secretariado da SADC pode tratar disso em Março de 2012.

O desafio continua na domesticação e implementação do Protocolo, e os ministros do

género da SADC iniciaram um processo rumo a um plano de acção regional, embora alguns Países não irão participar. Nove Estados-Membros ratificaram o Protocolo, deixando quatro signatários a fazê-lo, enquanto o Botswana e as Maurícias continuam a recusar a assinar, dizendo, respectivamente, que não podem cumprir as metas ou têm reservas sobre algumas cláusulas.

A região da SADC fez avanços significativos na representação igual de mulheres e homens na política e na tomada de decisões, caminhando em direcção à meta da SADC e da União Africana de "50-50 em 2015", no entanto nos últimos dois anos temos visto uma reversão grave neste andamento com o número de mulheres no parlamento e nos Governos a baixar na maioria dos Países que realizaram eleições.

Na Zâmbia, apenas duas mulheres foram nomeadas ministros em num Governo de 19 membros, representando apenas 10,5 por cento.

Cinco Estados-Membros da SADC realizaram eleições este ano, com base nos princípios da SADC e Directrizes Reguladores de Eleições Democráticas, e uma Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) foi despachada para cada eleição, para determinar a conformidade com os padrões regionais e internacionais.

O povo da República Democrática do Congo (RDC), Maurícias, Seychelles e Zâmbia foi às urnas para as eleições nacionais, enquanto os sul-africanos votaram nos vereadores municipais em eleições locais.

No Madagáscar, a SADC continua com os seus esforços de mediação e num grande avanço, as partes malgaxes concordaram em realizar eleições gerais em 2012. O Madagáscar mergulhou numa crise política em Março 2009, quando o líder da oposição Andry Rajoelina tomou

o poder do presidente Marc Ravalomanana, em manifestações públicas apoiadas pelos militares.

Esforços de mediação da SADC no Lesotho foram concluídos com êxito, e estão em curso no Zimbabwe, onde estão previstas eleições no próximo ano na sequência de um referendo sobre uma nova Constituição.

A Cimeira da SADC, realizada em Luanda, Angola, em Agosto de 2011, passou em revista a situação sócio-económica na região, observando melhora nos indicadores macroeconómicos de desempenho em 2010 em relação a 2009, como o crescimento do PIB real médio que se situou em 4,9 por cento, os investimentos que melhoraram para 24,9 por cento do PIB, e uma descida da inflação para 7,5 por cento.

sobre a Integração Económica Regional para aprofundar o debate sobre protecção da região contra choques externos.

O Grupo de Trabalho Ministerial foi criado este ano para identificar as prioridades para reorientar a agenda de integração da SADC, e Cimeira exortou a ao grupo de trabalho para se envolver em discussões estratégicas nesse sentido no contexto da revisão do Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional (RISDP).

A proposta União Aduaneira da SADC, adiada desde 2010, é um dos temas de estudo para o grupo de trabalho que tem a missão de agilizar os trabalhos para que se chegue a um entendimento comum e um acordo sobre a proposta união aduaneira, o que permitiria aos Estados-membros da SADC



Presidente José Eduardo dos Santos de Angola (à esquerda) é o actual Presidente da SADC a partir de Agosto 2011 até Agosto de 2012, e Presidente Jacob Zuma, da África do Sul, que preside o Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Cooperação em Segurança durante o mesmo período.

A maioria dos países da SADC continua a fazer uma recuperação firme da crise financeira global que afectou a maior parte do mundo desde 2008 e deverão registar taxas de crescimento económico bem acima dos 5 por cento em 2011 graças ao forte desempenho de sectores chave como agricultura, mineração e manufactura.

No entanto, a Cimeira notou a necessidade de permanecer em alerta face aos riscos colocados pelas volatilidades financeiras e económicas nas economias desenvolvidas e convidou o Grupo de Trabalho Ministerial

adoptarem uma tarifa externa comum.

Cimeira também analisou o HIV e SIDA nas áreas chaves de prevenção, tratamento, cuidados e apoio, e observou que a região tem registado um declínio significativo nas novas infecções desde 2009.

A Cimeira notou o progresso na situação regional de segurança alimentar, em cereais, e produção de gado, e instou os Estados-Membros para aumentar a diversidade de produção e promover oportunidades de geração de renda. r

SADC aprova plano para cortar emissões de degradação florestal

MINISTROS DA SADC responsáveis pelo ambiente e recursos naturais aprovaram um plano regional para ajudar os Estados-Membros a aproveitar benefícios derivados da redução de emissões por desmatamento.

O documento de trabalho sobre o "Programa de Apoio à SADC na Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)" foi aprovado durante uma reunião em Windhoek, Namíbia.

No documento, os Estados-Membros se comprometeram a coordenar as actividades inter e intra-sector visando a harmonização da política de programas nacionais de REDD, bem como para desenvolver sistemas de monitoria de florestas e emissões de carbono e estabelecimento de emissão de referência e outras metas de REDD.

O programa cria um quadro regional comum sobre como implementar as actividades do "REDD +" sobre os ecossistemas florestais semelhantes, incluindo aqueles cuja distribuição se estende para além das fronteiras políticas. "REDD +" vai além do que está preocupado com REDD, que é o desmatamento e a degradação florestal, para incluir o papel da conservação e gestão sustentável das florestas.

O quadro permitirá que os Estados-Membros possam tratar de questões de comércio ilegal de produtos florestais e preocupações sobre "fugas" onde a protecção das florestas ou uma gestão florestal sustentável num País pode resultar em actividades ilegais ou práticas insustentáveis sendo exportadas em outro lugar.

Isso irá reforçar as capacidades dos países para delinear políticas e programas de REDD +, fornecendo ao mesmo tempo um quadro para

a cooperação estratégica entre os Estados Membros da SADC sobre questões de interesse regional.

A implementação de REDD + poderá complementar, facilitar e reforçar as políticas regionais existentes e protocolos sobre Florestas, Gestão da Vida Selvagem e Áreas de Conservação Transfronteiriças (TFCAs) para a gestão da diversidade biológica.

SADC torna-se a primeira organização regional em África a chegar a um acordo sobre um programa abrangente para apoiar os Estados-Membros nos seus esforços para combater as mudanças climáticas e atingir suas metas de desenvolvimento por meio de redução de emissões no sector florestal.

As mudanças climáticas ameaçam os ecossistemas e meios de subsistência na região da SADC e seus impactos já estão sendo sentidos em muitas áreas que são afectadas por secas, inundações, ciclones e subida do nível do mar.

Desde 1990, a África Austral testemunhou altas taxas de desmatamento contribuindo aproximadamente para a perda de um terço da área florestal de África nos últimos 20 anos. Entre 1990 e 2000, a cobertura florestal na região caiu de 3,8 milhões de quilómetros quadrados para 3,57 milhões de quilómetros quadrados, representando uma diminuição média de 0,6 por cento por ano.

Os principais factores do desmatamento na região foram identificados como a expansão da agricultura, agricultura itinerante e de abate não regulamentado. Todos estes estão ligados ao crescimento populacional, a pobreza persistente, a demanda de energia e a fraca regulação e gestão das florestas.

De acordo com o documento do programa REDD SADC, as perdas de biomassa de carbono e do desmatamento na região ascendem a 54 por cento das pessoas de todo o continente.

A demanda rural e urbana para o combustível lenhoso tem aumentado e espera-se que continue a aumentar devido ao crescimento populacional e alterações macroeconómicas. A maioria das áreas urbanas na região da SADC estão cercadas por terra limpa, resultado de corte intensivo de madeira para suprir a demanda urbana para uso como lenha.

As emissões de carbono por desmatamento e degradação combinados são cinco vezes maiores do que aqueles provenientes de outras fontes, tornando particularmente urgente a tomada de medidas de

mitigação e uma gestão sustentável e conservação das florestas da SADC, bem como o manejo do fogo.

Há também uma enorme pressão para aumentar a área da agricultura para atender às necessidades alimentares da população e crescente actividade de silvicultura.

As indústrias rurais usam quantidades substanciais de madeira para queimar tijolos, fumigação do peixe, secagem do tabaco, fabrico de bebidas e para secagem do sal. O equivalente a um hectare de floresta é cortado para a secagem de cada hectare de tabaco.

O programa REDD SADC está em linha com o objectivo da região de adaptação, que tem sido a posição da região de entrar em negociações sobre clima na COP17, em Durban, África do Sul. r

Programas prioritários do REDD para a redução das emissões do desflorestamento e degradação florestal

ESTADOS-MEMBROS concordaram em coordenar actividades inter e intra-sectoriais e na harmonização de políticas para os programas nacionais de REDD, bem como:

- ◆ O engajamento Internacional sobre REDD e processos de mudança do clima;
- ◆ O desenvolvimento de capacidades para gerir programas regionais e nacionais de REDD;
- ◆ Sistemas de monitoria das florestas e carbono;
- ◆ Estabelecimento de emissão de referência e os níveis de referência para REDD;
- ◆ A gestão do conhecimento para o REDD, e
- ◆ Mecanismos sustentáveis de financiamento para REDD. r

Negociações sobre mudanças climáticas prosseguem

A 17ª Conferência das Partes (COP17) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas realizada em Durban, África do Sul, não conseguiu produzir um acordo internacional para enfrentar as mudanças climáticas.

Em vez disso, as negociações devem continuar até que uma solução global seja encontrada "o mais tardar em 2015". Nesse tempo intermédio, um acordo de compromisso chamado Plataforma reforçada de Acção de Durban, vai orientar as negociações para um acordo global.

A Plataforma de Durban, apesar de representar um pequeno passo para um acordo global, fica aquém das expectativas da maioria dos Países em desenvolvimento, uma vez que não aborda as suas preocupações sobre uma série de questões, incluindo corte nos níveis de emissão de carbono, bem como o aumento da tecnologia, finanças e capacitação para adaptação e gestão do risco.

Presidente do Grupo Africano de Negociadores, representando 53 Países Africanos nas negociações sobre as mudanças climáticas, Tosi Mpanu, da República Democrática do Congo, disse que a declaração de Durban faz pouco para combater as mudanças climáticas.

"Ele (resultado) tentou chegar a alguma posição intermediária, mas o resultado não tem equilíbrio", disse ele.

Por exemplo, desde Durban foi avançado nada de substancial sobre o financiamento necessário para capacitar os Países em desenvolvimento para lidar com as mudanças climáticas.

Enquanto se falava para operacionalizar o Fundo Verde do Clima, não havia clareza sobre como o fundo seria capitalizado.

Além disso, os Países em desenvolvimento estão cépticos quanto à magnitude destes números, e há promessas só que

não são vinculativas para os Países desenvolvidos.

O fundo, que está vazio, tem a intenção de mobilizar e desembolsar 100 biliões de dólares norte-americanos por ano até 2020, começando com 30 biliões em 2012.

Os recursos são destinados a ajudar os Países em desenvolvimento para se adaptar às inundações, secas e outros efeitos causados pelas mudanças climáticas, apoiando os Países em desenvolvimento para limitar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa e adaptar as economias e infra-estruturas para as mudanças climáticas.

Especialistas em clima, notaram que os Países em desenvolvimento, particularmente os africanos, já estão experimentando mudanças no ciclo de cheias e secas, devido ao aumento das temperaturas, embora a sua quota combinada das emissões de carbono é insignificante.

Sobre o Protocolo de Kyoto, que é um instrumento fundamental no combate às alterações climáticas, a comunidade global concordou com um segundo período de compromisso.

O segundo período está previsto para começar em Janeiro de 2013 depois de as partes transformarem os seus destinos de toda a economia em limites de emissões quantificadas ou em objectivos de redução. As partes no acordo deverão apresentar estas metas para revisão em Maio de 2012.

Enquanto isso representa um passo positivo para um acordo de mudanças climáticas, há preocupações de que o protocolo só poderia ser implementado em 2015.

O Protocolo de Kyoto é o único tratado juridicamente vinculativo que o mundo actualmente tem para combater as mudanças climáticas.

No entanto, alguns grandes poluidores, ou não aderiram ao



Outros resultados significativos a partir de Durban incluem o estabelecimento de um grupo chamado Grupo Ad Hoc sobre a Plataforma reforçada de Acção de Durban, projectado para melhorar a coordenação das acções de adaptação em uma escala global, bem como a criação de um mecanismo tecnológico. Ambos vão tornar-se operacional em 2012.

A comunidade global também concordou em criar um Comité de Adaptação, composto por 16 membros, que apresentará um relatório ao COP nos seus esforços para melhorar a coordenação das acções de adaptação a uma escala global.

Os Governos concordaram em criar um registo para as acções de mitigação pelos Países em desenvolvimento e para as modalidades de acesso apoio financeiro.

A conferência adoptou procedimentos para permitir a captura de carbono e projectos de armazenamento. Estas directrizes serão revistas a cada cinco anos para garantir a integridade ambiental.

A COP17 decorreu de 28 Novembro a 10 de Dezembro. Havia uma grande expectativa de que a conferência constituiria uma oportunidade para a comunidade global alcançar um acordo vinculativo sobre as alterações climáticas. r

Protocolo, ou ameaçaram retirar-se. Os Estados Unidos não são parte no protocolo, enquanto o Canadá está de fora.

Enquanto o texto aprovado reconhece que cortes mais profundos nas emissões de carbono são necessários, estes não são juridicamente vinculativos e especialistas sugerem que as últimas promessas levariam a uma subida da temperatura em 3,2 ° C, muito superior aos 2 ° C geralmente considerados pelo Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas, a um nível seguro de aquecimento.

Isso explica por que a África tem insistido que os Países desenvolvidos devem reduzir as emissões para pelo menos 40 por cento abaixo dos níveis de 1990 até 2020, e atingir pelo menos 80 por cento abaixo dos níveis de 1990 até 2050, uma vez que são os maiores emissores.

Outra previsão de boa época de colheita, apesar do início tardio das chuvas

A MEIO caminho da época agrícola 2011/12, a situação de precipitação média parece brilhante para a maioria da África Austral, prenunciando perspectivas de outra boa época de colheita de cereais para a região.

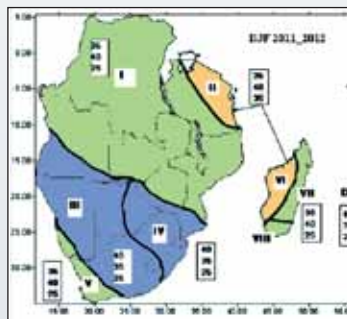
Foi reforçada a possibilidade de chuvas normais com tendência para acima do normal entre Dezembro de 2011 e Fevereiro de 2012 na parte nordeste de Angola, República Democrática do Congo, Malawi, na maior parte de Moçambique, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e na maioria do Zimbábue.

Condições semelhantes estão previstas para o extremo sudoeste da África do Sul, extremo sul da Namíbia e

extremo sul de Madagáscar, de acordo com as mais recentes previsões climáticas divulgadas pelo Centro de Serviços do Clima da SADC.

Metade do sudoeste de Angola, a maioria da Namíbia, Botswana, Lesotho, centro da

Previsão para Dezembro de 2011- Fevereiro de 2012



África do Sul, extremo sudoeste Zimbábue, sul de Moçambique e Swazilândia deverão receber chuvas acima do normal com tendência para normais durante o período acima referido.

Em contraste, metade do norte da Tanzânia e Madagáscar Ocidental poderão receber chuvas normais com tendência para abaixo do normal.

O centro de serviços do clima da SADC associa as chuvas favoráveis a prevalência de condições de La Nina que geralmente causa fortes chuvas na África Austral.

"O actual evento de La Nina deverá contribuir para a mudança das condições de chuvas de normal para acima das condições normais para a maior parte da região da SADC. No entanto, algumas partes, particularmente a porção norte-Oriental, poderão receber chuvas abaixo do normal," indicou o centro.

Avaliações feitas em Outubro pelo Sistema de Aviso Prévio de Segurança Alimentar na SADC mostraram que a maioria dos Estados Membros da SADC poderá registar boas colheitas durante a época agrícola 2011/12, apesar do início tardio das chuvas e problemas iniciais de acesso a

insumos agrícolas por parte dos agricultores em alguns Países.

"As mais recentes previsões de chuvas indicam que a maior parte da região poderá receber chuvas normais com tendência para acima das chuvas do normal durante o período de Novembro de 2011 a Janeiro de 2012. Isto vai ocorrer e se os agricultores forem capazes de ter acesso a insumos em tempo útil, a região pode ter outra boa colheita em 2012," indica a actualização feita em Dezembro. r

SADC procura melhorar o fornecimento de sementes regionais

ÁFRICA AUSTRAL lançou um centro de sementes armazenadas no centro de recursos genéticos da SADC em Lusaka, Zâmbia, para facilitar a aplicação do Sistema Regulador Harmonizado de Sementes na SADC.

Lançado em Novembro, o centro de sementes visa melhorar a utilização de variedades de semente melhorada por parte dos pequenos agricultores da região.

De acordo com Simon Mwale, um oficial do programa para a produção de cereais no Secretariado da SADC, a utilização das melhores sementes entre os pequenos agricultores é baixa na maioria dos Estados Membros da SADC, mas esses agricultores produziram até 80 por cento das principais culturas alimentares na região.

O Sistema Regulador Harmonizado de Sementes na SADC visa aumentar as variedades de sementes aos agricultores, promover o investimento no sector de semente e torná-lo mais fácil e mais barato para a introdução de variedades de sementes nas empresas de sementes dos Estados-Membros. r

Ligeiro declínio na colheita de cereais em 2011

ESTIMATIVAS FINAIS da região indicam uma produção de cereais de 33.06 milhões de toneladas na SADC em 2011, o que representa um declínio de cinco por cento quando comparado com as 34,64 milhões de toneladas colhidas em 2010.

A actualização sobre a segurança alimentar da SADC feita em Outubro, atribuiu um declínio de 12% na produção de cereais na África do Sul.

"Individualmente, a produções de milho (26.63 milhões de toneladas) e soja (2,26 milhões de toneladas) desceu oito por cento cada em 2011 em relação a 2010, enquanto a produção de trigo e arroz aumentou 33% e 22% para 2,35 milhões de toneladas e toneladas de 1,82 milhões, respectivamente," ilustra a actualização.

Reduções significativas dos cereais em Angola e Namíbia eram devido à destruição das culturas por inundações, enquanto no Lesotho produção foi prejudicada pelas condições de carência de água.

A actualização também revelou que pelo menos 2,86 milhões de pessoas na região têm falta de acesso aos alimentos este ano.

"O número de populações em insegurança alimentar aumentou na maioria dos Países, com excepção do Malawi e Suazilândia," disse. r

Comparação da produção de cereais em 2010 e 2011

	Produção de Cereais (000 toneladas)		
	2010	2011	% Mudança
Angola	1,178	677	-42
Botswana	55	42	-24
Lesotho	137	73	-47
Malawi	3,572	4,080	14
Maurícias	2	2	0
Moçambique	2,641	2,935	11
Namíbia	155	117	-25
África do Sul	15,122	13,277	-12
Swazilândia	75	89	18
Tanzânia	7,095	6,787	-4
Zâmbia	3,078	3,346	9
Zimbábue	1,534	1,652	8
SADC	34,643	33,057	-5

*Não há informação para a RDC, Madagáscar e Seychelles
Fonte Actualização da Segurança Alimentar na SADC

SADC confere prioridade a 23 projectos de água

ESTADOS MEMBROS da SADC têm 23 projectos prioritários para a promoção e desenvolvimento de infra-estrutura hídrica na região.

De acordo com o Relatório do Sector Regional de Infra-estrutura de Água da SADC os 23 projectos prioritários foram identificados como críticos e de maior importância para os Estados-Membros e para a agenda de integração da região em geral.

Os projectos seleccionados, escolhidos entre 66 propostas apresentadas pelos Estados-Membros, terão como foco na geração de energia hidroeléctrica e a produção agrícola melhorada através de irrigação, bem como abastecimento de água e saneamento.

Os projectos serão implementados por dois ou mais Países que partilham uma bacia hidrográfica. Estes incluem o projecto

hidroeléctrico Batoka Gorge, avaliado em 3,5 bilhões de dólares norte americanos, e que está sendo desenvolvido pela Zâmbia e Zimbabwe, e o Programa de Desenvolvimento da Bacia de Songwe, uma iniciativa de oito anos avaliada em 329 milhões dólares, e que é um projecto conjunto proposto pelo Malawi e pela República Unida da Tanzânia. *(Veja tabela)*

" O s r e s u l t a d o s desenvolvidos em consulta com os Estados-Membros destacam e

demonstram claramente que há oportunidades significativas a nível regional e em cada um dos sectores de infra-estrutura de água", refere o Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, no prefácio do relatório.

Ele observou que a maioria dos projectos podem ser desenvolvidos de forma integrada para apoiar o compromisso de Integrado de Recursos Hídricos (GIRH), que foi adoptado pela SADC. r

Projectos prioritários para o sector de água da SADC

Projecto	Países	Situação	Duração	Valor (US\$)
A. Regional Projects				
Hidroeléctrica Inga 3	RDC – partilha regional deelectricidade	Feito estudo de pré-viabilidade	24-36 meses	7.6-10 bilhões
Lesotho Highlands Fase II	Lesotho, África do Sul	Acordo para o início da fase II	Em discussão	2 bilhões
Hidroeléctrica de Batoka Gorge	Zâmbia, Zimbabwe	Feita Avaliação do Impacto Ambiental e Estudo de Viabilidade	24-36 meses	3.5 bilhões
Programa de Desenvolvimento da Bacia de Songwe	Malawi, Tanzânia	Feito Estudo de Viabilidade e desenho detalhado	8 anos	329 milhões
B. Projectos Transfronteiriços				
Projecto de Segurança Alimentar – Alto Okavango	Angola, Namibia	Feito Estudo de pré-viabilidade	12-18 meses	66 milhões
Abastecimento de Água Vaal-Gamagara	Botswana, África do Sul	Nota Conceptual	12 meses	Não especificado
Projecto de Abastecimento de Água a Resano Garcia	Moçambique, África do Sul	Feita Avaliação do Impacto Ambiental e desenho detalhado	6-12 meses	6 milhões
Projecto de Abastecimento de Água Lomasha/Namaacha	Swazilândia, Moçambique	Feito Estudo de pré-viabilidade na Swazilândia	12 meses	13 milhões mais custos para Moçambique
Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento para a oitos Países fronteiriços	Angola, Botswana, DRC, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe	Conceito apoiado; feitos alguns estudos de pré-viabilidade	9-12 meses	600.000
C. Projectos Prioritários para os Estados Membros				
Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento do Lubango – Fase II	Angola	Fase I financiada e trabalho em curso	12-18 meses	126 milhões
Projecto conjunto de monitoria da Água da Bacia do Limpopo	Botswana, Moçambique, África do Sul, Zimbabwe	Partes acordaram em executar o projecto	6-12 meses	700.000
Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento de Kinshasa	RDC	Estudo de pré-viabilidade parcialmente feito	desconhecido	220 milhões (estimativa)
Sistema de Abastecimento de Água no Baixo – Zona I	Lesotho	Fase de construção; preparação de concurso	24-36 meses	78 milhões
Barragem de Mombezi (Multifuncional)	Malawi	Feito Estudo de Viabilidade; pré-desenho em curso	16 meses	209 milhões
Abastecimento de Água a 13 Casas do Estado	Maurícias	Estudo de Viabilidade completo	21-24 meses	10 milhões
Barragem de Movene (Multifuncional)	Moçambique	Conceito feito	12-18 meses	10 milhões
Gestão de Recarga Aquífera de Windhoek	Namibia	Infra-estrutura de recarga e poços construídos	18 meses	55 milhões
Projecto de Água não renovável e Uso eficiente	Seychelles	Feito Plano Director	18 meses	69 milhões
Projecto de Gestão da Água da Barragem	África do Sul	Necessária expansão da abrangência	24-36 meses	Varia de acordo com o desenho final
Barragem de Nondvo (Multifuncional)	Swazilândia	Feito estudo de pré-viabilidade	12-18 meses	143 milhões
Projecto de Irrigação do Vale do Ruhuhu	Tanzânia	Conceito feito	12 meses	12.3 milhões
Projecto de Adaptação as Mudanças Climáticas	Zâmbia	Projecto planeado	24-48 meses	13 milhões
Abastecimento de Água do Rio Zambeze a Bulawayo	Zimbabwe	Concluído Estudo de Viabilidade e Avaliação do Impacto Ambiental	12-18 meses	1.25 bilhões

Fonte: Secretariado da SADC

Negociações para a grande ACL iniciam em Dezembro

por Kizito Sikuka

A **PRIMEIRA** ronda de negociações para o estabelecimento de uma Área de Comércio Livre (ACL) tripartida abrangendo 27 Países na África Oriental e Austral está programada para começar em Dezembro.

Isso segue-se a adopção de princípios, modalidades e um roteiro para as negociações que foram acordadas na segunda cimeira tripartida do Mercado Comum dos Países da África Austral e Oriental (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e SADC realizada na África do Sul este ano.

O Presidente do Grupo de Trabalho tripartido, que lidera o processo de implementação, Sindiso Ngwenya disse que muito trabalho já foi feito para iniciar as negociações.

"Em conformidade com o roteiro decidido na Cimeira, está agora previsto que a primeira rodada de negociações para a área de comércio livre tripartida tenha lugar em Nairobi, no Quênia, em Dezembro," disse Ngwenya, que é também o Secretário-Executivo do COMESA.

"Está previsto que as negociações para estabelecer a ACL tripartida sejam concluídas dentro do prazo de 36 meses (ou três anos) como decidido na cimeira tripartida em Junho", acrescentou.

De acordo com o roteiro, as negociações para a chamada "Grande" ACL serão conduzidas nas suas diferentes fases.



A fase preparatória envolve principalmente a divulgação e o intercâmbio de todas as informações relevantes, incluindo tarifas nacionais existentes e dados de comércio e medidas. Esta fase deve ver também a adopção de termos de referência e regras de procedimento para a criação de um fórum de negociação de comércio tripartido.

A fase preparatória poderá durar entre seis e 12 meses, após o qual se seguirá uma fase das negociações de comércio.

Nesta fase, as negociações abrangerão temas centrais da ACL como a liberalização pautal, regras de origem, procedimentos aduaneiros e simplificação da documentação aduaneira, procedimentos de trânsito, barreiras não tarifárias e outros obstáculos técnicos ao comércio e resolução de conflitos.

A segunda fase de negociações está prevista para cobrir o comércio de serviços e outras questões relacionadas com o comércio, como os direitos de propriedade intelectual, política de concorrência e desenvolvimento do comércio e competitividade.

Esta estrutura tripartida nasceu de uma percepção de que os processos de integração regional das três comunidades regionais eram semelhantes e em alguns casos idênticos.

Assim, considerou-se prudente para as três Comunidades Económicas Regionais (REC) cooperar e harmonizar suas trocas comerciais, infra-estrutura e outros programas de integração regional.

O estabelecimento de uma ACL tripartida poderá impulsionar o comércio intra-regional, criando um mercado mais amplo, fluxos de aumento do investimento, reforço da competitividade e o desenvolvimento cruzado de infra-estruturas na região.

Isto vai criar um mercado integrado com uma população combinada de cerca de 600 milhões de pessoas e um produto interno bruto total de mais de 1 triliões de dólares norte-americanos.

Isso abriria as fronteiras de literalmente metade do continente, abrangendo as regiões Sul e leste de África – de Cabo ao Cairo.

A ACL servirá como um dos blocos de construção da proposta

Comunidade Económica Africana, que tem sido uma longa visão dos líderes do continente desde 1963 aquando da formação da organização da Unidade Africana (OUA).

Assim, a criação de uma "Grande" ACL poderá se tornar um novo componente para uma maior integração regional e continental em África.

Alguns dos projectos de grandes infra-estruturas previstos pelas três RECs incluem aqueles localizados ao longo do Corredor Norte-Sul, que percorre oito Países na África Austral e Oriental.

Uma verba inicial de 1.2 biliões dólares foi mobilizada em Abril de 2009 para modernizar a infra-estrutura regional, incluindo mais de 8.000 quilómetros de estrada e 600 km de linhas férreas, bem como a modernização dos portos e linhas de transmissão de energia.

No entanto, há necessidade de mais esforço em áreas como produção de energia e transporte, bem como infra-estrutura rodoviária para garantir que o processo de integração seja mais profundo e plenamente alcançado.

O COMESA-EAC-SADC o iniciou seu programa de cooperação conjunto apenas há três anos, em Kampala, Uganda, na sua primeira reunião Tripartida, onde os dirigentes concordaram num programa de harmonização dos regimes comerciais para promover o movimento suave de bens e serviços entre os Estados-Membros. sardc.net



Maiores reservas de Gás Natural

AS RECENTES DESCOBERTAS de reservas de gás natural em vários Países da África Austral podem ser o prenúncio de um enorme potencial para a exploração deste recurso numa região que actualmente enfrenta uma grave crise de energia.

A costa leste da África emergiu nos últimos anos como um dos pontos mais brilhantes no cenário global de energia, com grandes quantidades de gás naturais descobertos em Moçambique e na República Unida da Tanzânia. A exploração também tem se registado em todos os outros Estados Membros da SADC, embora as quantidades exactas de reservas sejam ainda desconhecidas nesses Países.

Algumas das principais descobertas de gás natural na região são aqui destacados, bem como o potencial impacto que isso tem sobre a situação energética na SADC.

Moçambique

As novas reservas de gás natural descobertas ao longo da costa de Moçambique são poderão significar uma "mudança do cenário" para o País e para a região da África Austral.

A firma norte-americana Anadarko Petroleum Corporation aumentou substancialmente a sua estimativa da quantidade de gás natural existente numa vasta área descoberta ao largo da costa de Moçambique.

Anadarko anunciou em Novembro que havia aumentado a estimativa de recursos de gás natural recuperável a partir das quatro descobertas feitas no seu primeiro bloco ao longo da costa para entre 15 triliões e 30 triliões de metros pés (tcf) de gás.

A empresa, baseada no Texas, tinha dito inicialmente que o seu bloco continha 6 tcf de gás, uma cifra que mais tarde foi elevada para 10 tcf em Outubro, para depois ser actualizada para 15 tcf em Novembro.

Para contextualizar estas cifras, a quantidade de gás descoberta no bloco da Anadarko seria suficiente para atender o consumo de um ano de gás pelos EUA que requer cerca de 30 tcf por ano.

O Director-Executivo da Anadarko, James Hackett, disse que a nova estimativa aumentou a confiança da empresa de que "esta poderia ser um dos mais importantes blocos de gás natural descoberto nos últimos 10 anos."

O anúncio foi feito apenas um mês depois da gigante de energia italiana, Eni SpA, ter anunciado que tinha descoberto 22,5 tcf de gás fora da costa de Moçambique, a maior descoberta de tal exploração na história da empresa.

Essas grandes descobertas são suficientes para sustentar a construção de uma refinaria de Gás Natural Liquefeito (GNL) em Moçambique, o que catapultará este Estado-Membro da SADC a estar ligado aos maiores exportadores de gás no mundo.

República Unida da Tanzânia

As ricas reservas de gás na República Unida da Tanzânia atraíram recentemente um grande número de firmas, incluindo Exxon Mobil, Statoil ASA da Noruega e o Grupo BG PLC.

As actuais reservas de gás natural da Tanzânia subiram para mais de 10 tcf de uma estimativa anterior de 7,5 tcf depois de grandes descobertas de gás feitas numa região do País fora de águas profundas.

O Ministro da Energia e Recursos Minerais, William Ngeleja, anunciou em Setembro que este Estado-Membro da SADC tinha reservado alguns dos depósitos de gás para exportação.



Gás Natural - O Futuro de Energia

"Três campos de gás natural foram descobertos em águas profundas e estão em curso planos para avaliar uma possível exploração de gás", disse Ngeleja.

Isto eleva para sete o número total de campos de gás encontrados na área marítima do País.

Tanzânia já tinha descoberto depósitos de gás em quatro áreas - na costa leste da Ilha Songo Songo, nas proximidades do Oeste Songo Songo, em Mnazi Bay, no sudeste da Tanzânia, e Mkuranga perto de Dar Es Salaam.

"As indicações preliminares mostram que a Tanzânia pode ter reservas de gás considerável de mais de 10 triliões de pés cúbicos, que podem ser desenvolvidos para



atender a demanda local e para exportação", disse ele.

Duas das descobertas de gás natural já estão fornecendo gás para a capital comercial do País, Dar Es Salaam, onde é usado para produzir electricidade e para as indústrias de energia.

África do Sul

África do Sul, como a Tanzânia, já tem um mercado de gás e está activamente promovendo o uso do gás natural como fonte alternativa de energia.

De acordo com a Ministro Sul-Africano da Energia, Dipuo Peters, o carvão mineral deixou de ser considerado "como um obstáculo no sector de mineração de carvão, mas que estava rapidamente a



ENERGIA AUSTRAL

na África Austral?

tornar-se conhecido como uma fonte de energia comercialmente viável."

"Também é cada vez mais importante que nós colaboremos com os nossos vizinhos, como Moçambique (com quem já temos uma cooperação a longo prazo no fornecimento de gás), Namíbia, Angola, Botswana e Zimbábue," disse Peters aos jornalistas à margem da 17ª Conferência da Partes (COP17) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Climas que teve lugar em Durban, África do Sul, de 28 Novembro a 09 de Dezembro.

Ela disse que a cooperação regional semelhante ao que está bem estabelecido na Europa é essencial para que a África Austral enfrente com sucesso o desenvolvimento de energia.



A África do Sul já importa uma quantidade significativa de gás a partir de Moçambique, que é usado principalmente para centrais de gás liquefeito e outros processos industriais.

Peters disse que estão em curso planos para a construção de uma central a gás com capacidade de 140 megawatts através de uma joint venture entre a Sasol em Moçambique e Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Botswana

O Botswana anunciou em Janeiro que os resultados preliminares apontaram para 196 tcf de metano de carvão na Bacia Central de Kalahari Karoo.

Um Estudo Exploratório de Carvão Metano iniciado pelo Departamento de Pesquisa Geológica do País revelou que os leitos de carvão dentro da área da Bacia de Kalahari Karoo contêm uma quantidade significativa das reservas de gás, que têm potencial para ser desenvolvido.

O Governo do Botswana está a encorajar o sector privado para embarcar nas pesquisas e continuar com a exploração e desenvolvimento dos campos de gás.

Angola

De acordo com a empresa estatal angolana de exploração de gás natural, Sonagas, a quantidade exacta das reservas de gás natural em Angola é desconhecida, mas estima-se em mais de 11 tcf. Como na maioria dos Estados Membros da SADC, a falta de dados precisos sobre as reservas de gás natural em Angola deve-se em parte à ausência de investimento dedicados, bem como a não-existência de um quadro legal e contratual que promove a exploração e desenvolvimento de gás natural no País.

Conclusão

Enquanto o discurso corrente no sector da energia da SADC, e em todo o mundo, concentrou-se em fontes de energia renováveis, as recentes descobertas de enormes reservas de gás naturais apontam para uma grande possibilidade de substituição das actuais fontes de carvão e petróleo pelo gás natural.

As descobertas ocorrem num momento em que a importância do gás natural no balanço energético global está aumentando. Preocupações sobre as mudanças climáticas estão forçando as empresas de energia substituir o carvão e o petróleo pelo gás na produção de electricidade, e seu potencial como combustível para os transportes também está sendo amplamente explorado.

De acordo com o Prognóstico Internacional de Energia para 2000 (IEO), o gás natural é a componente de consumo de energia primária global que regista o maior crescimento.

Utilização de gás foi projectada para mais do dobro entre 1997 e 2020, atingindo 167 tcf por ano.

A previsão durante este período é que a parcela do consumo total de energia aumentará de 22 por cento em 1997 para cerca de 29 por cento até 2020. Actualmente, o gás contribui com uma percentagem muito pequena no uso de energia na África Austral.

O gás natural não só é benéfico na medida em que tem menor teor de carbono do que o carvão e o petróleo, mas as centrais a gás exigem menos água, têm menor tempo de construção, e têm menores custos de capital por unidade de capacidade, quando comparado com as centrais movidas a carvão.

A transição para uso de gás também tem benefícios sociais. Apresenta uma excelente oportunidade para reduzir a dependência de biomassa.

Mais de 70 por cento dos 270 milhões de pessoas na SADC actualmente dependem de biomassa, como lenha para suas necessidades energéticas.

Reformas de energia na região também fornecem as bases de uma indústria dinâmica futura de gás, uma vez que essas reformas estão cada vez mais levando a uma distinção entre políticas públicas e investimentos privados e operação.

As reformas centraram-se principalmente no reforço da formulação da estratégia de energia, com maior enfoque na sustentabilidade ambiental, o envolvimento das comunidades locais, e igualdade de género. r

Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral SAPP vai adicionar 1, 600MW de nova energia em 2012

O GRUPO de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) espera iniciar projectos que irão adicionar cerca de 1.600 Megawatts (MW) de energia nova em 2012, subindo para um cumulativo de 17. 000MW até 2015.

Isto é ligeiramente superior aos 1,

250MW previstos para os projectos previstos para este ano.

De acordo com o SAPP, espera-se que a nova energia possa vir de Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Namíbia, República da Tanzânia, África do Sul e Zâmbia. (ver tabela) r



Moçambique pretende aumentar a produção de energia de Cahora Bassa

MOÇAMBIQUE PRETENDE aumentar a produção da barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa de 2, 100MW para cerca de 3, 200MW durante os próximos cinco anos para atender a crescente procura no País e na região da África Austral.

O Presidente do Conselho de Administração de Cahora Bassa Paulo Muxanga disse que o projecto vai custar cerca de 1bilhão de dólares norte-americanos e espera-se que seja financiado tanto pela

Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) e investidores privados. "Os projectos principais que temos dizem respeito a parte Centro - Norte da barragem de Cahora Bassa, que trará um adicional 1, 245MW de energia," disse Muxanga. Actualmente, a energia é produzida somente na parte sul de Cahora Bassa.

Estudos geológicos e hidrológicos serão concluídos até Dezembro de 2012 e construção deverá começar em 2013. r

No	País	NOVA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO, MW					TOTAL
		2011	2012	2013	2014	2015	
1	Angola	150	0	260	260	0	670
2	Botswana	120	600			300	1,020
3	RDC	75	430	25	150		680
4	Lesotho		25		110		135
5	Malawi			64	150	100	314
6	Moçambique			150	600	750	1,500
7	Namíbia	23	83	103		800	1,009
8	RSA	530	288	3,105	1,721	2,890	8,534
9	Swazilândia					300	300
10	Tanzania	60	160		740	600	1,560
11	Zâmbia		6	360	120	34	520
12	Zimbabwe	290		20	55	355	720
TOTAL		1,248	1,592	4,087	3,906	6,129	16,962

Fonte: SAPP

Fundo de Energia Sustentável para a África (SEFA)

A APROVAÇÃO de um plano de acção para estabelecer um fundo de energia para a África poderá vir a promover a exploração de várias fontes de energia para garantir que a demanda e oferta sejam equilibradas no continente.

África é altamente dotada de recursos energéticos, como hidroeléctricas, energia solar e eólica. No entanto, os limitados recursos financeiros e outros desafios continuam a entrar o progresso no sentido da plena exploração dos recursos.

Por exemplo, o Banco Africano de Desenvolvimento (Bad) estima que a energia hidroeléctrica sozinha representa cerca de 45% da produção de energia eléctrica da África Subsariana, mas apenas quatro por cento do potencial comercialmente explorável do sub-continente tem sido aproveitado.

A recente decisão do Bad e o Governo da Dinamarca para criar um fundo de energia sustentável

para África (SEFA) tem em vista ajudar a desbloquear o indispensável investimento no sector da energia.

Segundo um acordo entre os dois lados, o fundo de energia seria usado para o desenvolvimento de capacidades e investimentos em projectos de energia sustentável ao longo de um período de cinco anos.

O orçamento para o fundo é de 300 milhões de coroas dinamarquesas (cerca de 57 milhões de dólares norte-americanos). Em última análise, o SEFA seria um fundo de vários doadores, assim como parceiros adicionais que quisessem aderir.

O SEFA proporcionaria duas janelas do financiamento, com a primeira delas destinadas a apoiar o desenvolvimento e o desenho de projectos de produção e distribuição de energias renováveis avaliados em 30 milhões de dólares norte-americanos.

A segunda irá apoiar pequenas e médias empresas numa base de investimento misto e equidade. O montante total reservado para este componente é de 30 milhões de dólares norte-americanos.

A criação do fundo de energia para a África está em consonância com as novas tendências no sector da energia global, que lentamente está a mudar para uma maior adopção das fontes de energia mais limpas que resultam em menos emissões de carbono para proteger o ambiente.

A África Austral registou progressos no sentido de aumentar sua absorção de energia renovável, com um número de projectos prioritários no domínio da energia limpa e alternativa que deverão estar em funcionamento nos próximos anos.

Estes projectos incluem a aproveitamento da barragem de Nkuwa hidroeléctrica, em Moçambique, e no projecto da barragem de Inga Dam, na RDC,

que tem o potencial para produzir cerca de 40.000 megawatts (MW) de energia eléctrica.

As expectativas são elevadas para que estes projectos sejam fortes candidatos para o SEFA, embora o acesso a esses fundos se revele complexo.

Para garantir que a região beneficie totalmente do fundo, a SADC precisa adoptar uma abordagem proactiva para aumentar a sua capacidade de produção e geração de energia. Isso pode incluir a preparação antecipada e identificação de projectos que seriam adequados para financiamento no âmbito do SEFA.

A região representa uma melhor vantagem de alcançar o fundo caso identifique projectos com uma dimensão regional em vez de projectos individuais dos Países que não promovem a integração regional, uma vez que a maioria dos financiadores preferem projectos que têm um impacto regional. r

BRICS...

África do Sul suporta moeda comum

A **ÁFRICA** do Sul está fazendo planos para uma moeda única dentro do BRICS, grupo que as economias emergentes poderiam usar no comércio entre si e contornar a necessidade de conversões para o Euro e dólar.

A ideia, proposta em Abril, quando a África do Sul juntou-se ao Brasil, Rússia, Índia e China como um membro do grupo BRICS, poderá causar consternação na Europa perante a crise da zona Euro que põe em causa a questão da união monetária não ser suportada por um fisco centralizado.

Barragem do Botswana concluída antes do previsto

A **FIRMA** Chinesa de construção Sinohydro Botswana diz concluiu a construção da barragem de Dikgatlong antes da data prevista e apresentou um pedido de admissão para o governo do Botswana avaliar o projecto antes do final deste ano.

O projecto, que teve início em Março de 2008, estava previsto para ser concluído até Fevereiro de 2012 e entregue no mês seguinte.

"Estou muito orgulhoso em dizer que este projecto de barragem é um dos poucos projectos que foram concluídos antes do prazo contratual. E isto apesar dos desafios que encontramos durante a construção," disse o responsável das obras, Boikanyo Mpho.

Dikgatlong será a maior represa no Botswana com capacidade para 400 milhões de metros cúbicos. r

BRICS, um acrónimo de cinco Estados membros Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, reúne-se regularmente para discutir questões económicas de interesse e refere-se também políticas que cada uma das Nações partilha.

Estima-se que o grupo detém quase metade das reservas estrangeiras do mundo numa

altura em que as reservas na Europa e dos Estados Unidos estão sendo corroídas.

Dependência de Moçambique a ajuda externa em declínio

A **DEPENDÊNCIA** DE Moçambique a ajuda externa está em declínio, afirmou o Ministro das Finanças, Manuel Chang no Parlamento ao apresentar o orçamento nacional para 2012.

Chang disse que apenas 39,6% da despesa pública será coberta por empréstimos e doações estrangeiras no próximo ano, com 60,4% do orçamento podendo ser

cobertos por recursos internos.

No orçamento de 2011, 44,6% das despesas foi coberto por ajuda externa enquanto em 2010 a cifra foi de 51,4%.

Chang disse que a diminuição esperada da ajuda externa, em termos percentuais, deveu-se principalmente aos "cálculos cautelosos" pelos Países doadores, que estão eles próprios sob enorme pressão orçamental. *AIM* r

Lesoto vai revitalizar o sector têxtil

O **GOVERNO** de Lesoto planeia gastar 100 milhões de maloti (cerca de 12.7 milhões de dólares norte-americanos) nos próximos dois anos, num esforço revitalizar a crucial indústria têxtil.

"O objectivo... é estabilizar o emprego na indústria têxtil e fornecer capital para as empresas, para que eles possam aproveitar a recuperação económica global", disse Timothy Thahane, Ministro das Finanças e Planeamento do Desenvolvimento.

"É muito difícil para os Países africanos serem competitivos, mas esta indústria é realmente importante para a economia do Lesoto, por isso

temos de fazer o que pudermos".

A indústria têxtil do Lesoto cresceu rapidamente na década de 1990 e início de 2000, parcialmente graças ao sistema de certificação de crédito da União aduaneira África Austral (SACU) que permitia que as empresas exportadoras de têxteis ganhassem descontos em direitos pagos sobre as importações utilizadas para a produção.

No entanto, a indústria tem sido duramente atingida nos últimos anos. O regime da SACU terminou em Março de 2010, enquanto os seus principais mercados nos Estados Unidos reduziram a importação de produtos têxteis. r



Embora a criação de uma moeda única poderia ter os seus desafios, o desenvolvimento impulsionaria comércio e as relações entre os países membros que já não teriam que usar dólares ou Euros no comércio. *Mail & Guardian* r

Conversações para APE progredem bem

AS LONGAS negociações comerciais entre a União Europeia e os Países da África Austral para criar Acordos de Parceria Económica (APE) estão a ganhar um novo impulso.

Após a Cimeira EU-África do Sul, em Setembro, José Manuel de Morais Briosa Gala, representante pessoal para a África para o Presidente da Comissão Europeia, disse que agora há "vontade de encerrar as negociações".

As negociações dos APE tiveram alguma críspação em toda a África e especialmente na África Austral, que está exigindo melhor acesso aos mercados para os seus produtos agrícolas.

Os Países africanos têm sido relutantes em assinar os APE, com seis grupos regionais de colónias europeias.

A UE anunciou que os Países que não assinaram ou ratificaram os APE até 01 de Janeiro de 2014 perderiam o acesso de isenção de direitos nos mercados europeus. r

Grupos de reflexão reforçam o diálogo China-África

por Joseph Ngwawi

A CHINA e África deram mais passo no reforço das relações com o lançamento de um fórum para promover a investigação e o intercâmbio entre os grupos de reflexão.

Representantes de institutos de investigação, políticos e líderes empresariais da China e de 27 Países africanos reuniram-se nas cidades chinesas de Hangzhou e Jinhua no final de Outubro para a primeira reunião do Fórum China-África do Grupo de Reflexão (CATTF).

O novo fórum estabelece um mecanismo de reflexão e troca de ideias chinesas e africanas bem como realizar um trabalho cooperativo rumo a uma compreensão mais profunda e potencial das relações China-África.

Realizada sob o tema "Relações Sino-Africano na



segunda década do novo século", a reunião passou em revista as conquistas do desenvolvimento das relações Sino-Africano na década passada, analisou os problemas existentes e os desafios actuais nas relações Sino-Africano e as perspectivas de desenvolvimento e potenciais áreas de inovação na próxima década.

"Consideramos o Fórum do Grupo de Reflexão China-África, uma iniciativa positiva e acreditamos que seja oportuno

e necessário convocar a sua 1ª Reunião neste momento", disseram os participantes numa declaração no final da reunião.

"Nós também acreditamos este fórum deve ser uma plataforma compartilhada e uma instituição regular para o diálogo e intercâmbio de reflexão entre os Chineses e Africanos na nova era".

As relações de cooperação Sino-Africano têm estado a conhecer um desenvolvimento rápido desde 2000 e, alimentadas pelo Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), os laços crescentes se tornaram uma das áreas mais significativas nas relações internacionais na década passada.

"Nós estamos experimentando uma mudança acelerada nas estruturas globais das potências, depois da predominância de longa data de potências ocidentais, o comércio e a economia estão a ser dominados pelo Sul e Leste," disse Essop Pahad, o ex-Ministro da Presidência na África do Sul no Governo de Thabo Mbeki, durante o lançamento do fórum.

O Vice-Ministro Chinês dos Negócios Estrangeiros, Zhai Jun, saudou as expansões das relações entre China e África e disse que o CATTF deve ser o catalisador para avançar os laços existentes durante a segunda década do FOFAC.

"O Grupo de Reflexão tem um papel na promoção das relações China-África e juntos vamos trabalhar com os governos africanos para a cultivar uma situação de

vencedores colectivos", disse Zhai.

O CATTF será fundamental na criação de vínculos entre os Grupos de Reflexão chineses e africanos, bem como académicos de outras partes do mundo, com um interesse nas relações Sino-Africanas para conduzir o diálogo, intercâmbios e estudos sobre o florescimento dos laços entre a China e África no intuito de promover a compreensão mútua e oferecerem recomendações de políticas.

O Fórum tem o total apoio do Comité de acompanhamento do FOFAC como mais um passo para implementar a investigação conjunta e o programa de intercâmbio China-África, uma das oito medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, durante a quarta Reunião Ministerial do FOFAC realizada em Sharm el Sheik, Egípto, em Novembro de 2009.

Os participantes para o lançamento vieram de Angola, Botswana, Camarões, China, República Democrática do Congo, República do Congo, Egípto, Guiné Equatorial, Etiópia, Ghana, Quênia, Lesotho, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, África do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Zimbábwe e da União Africana.

O lançamento foi seguido por um seminário de reflexão chinesa e africana realizada no Instituto de Estudos Africanos em Zhejiang, em Jinhua. sardc.net

Principais Destaques do FOFAC

O FOCO central das relações China-África é o desenvolvimento económico da África e China e as áreas prioritárias são:

- Desenvolvimento de infra-estruturas em África;
- Agricultura;
- Recursos naturais e exploração e extracção de energia;
- Cooperação nos investimentos e negócios.
- Comércio.
- Finanças;
- Transportes; e
- Ciência, tecnologia e tecnologia de comunicação de informações. r

Kabila eleito Presidente da RDC para um segundo mandato

O **PRESIDENTE** Joseph Kabila foi eleito para um segundo mandato, depois de vencer as eleições presidenciais bastante contestadas na República Democrática do Congo (RDC) em Novembro.

De acordo com os resultados definitivos divulgados pela Comissão Eleitoral Independente da RDC (IEC), a 09 de Dezembro, o jovem Kabila, do Partido do Povo para a Reconstrução e a Democracia, obteve 48,9% dos mais de 17,3

milhões de congoleses que votaram na eleição presidencial de 28 de Novembro.

O seu rival mais próximo, o veterano político Etienne Tshisekedi da, do Partido União para a Democracia e Progresso Social, teve 32 por cento dos votos válidos.

Tshisekedi contestou os resultados da votação, insistindo que ele era o líder democraticamente eleito da República Democrática do Congo.

A luz da lei congolesa, os resultados presidenciais devem ser certificados pelo Tribunal Supremo, mas a certificação é geralmente considerada uma

formalidade. A investidura do Presidente eleito foi marcada para 20 de Dezembro.

Um total de 11 candidatos presidenciais, participaram nas eleições, incluindo Vital Kamerhe, um antigo gestor de campanha eleitoral de Kabila que agora dirige a União Nacional Congoleza.

Kabila está no poder desde 2001, após a morte de seu pai no mesmo ano. Em 2006, ganhou as primeiras eleições democráticas do País depois de anos de conflito.

A vitória deu a Kabila uma outra oportunidade para prosseguir as reformas económicas e políticas que até agora têm garantido a relativa paz na República Democrática do Congo.

Esta foi a primeira vez que as eleições foram realizadas ao abrigo da nova lei eleitoral recentemente promulgada, que desmantelada a exigência para uma segunda volta de votação no caso em que nenhum dos candidatos presidenciais consiga uma vitória significativa.

Na eleição anterior, um candidato tinha de obter 50 por cento dos votos ou mais para ser eleito Presidente. Uma segunda volta de votação era anteriormente necessária, para determinar o vencedor no caso em que nenhum dos candidatos presidenciais obtivesse mais de metade dos votos.

Nas eleições de 2006, Kabila ganhou 44,81% dos votos na primeira volta em Julho ao seu rival mais próximo, Jean Pierre Bemba, que obteve 20,03 por cento. Isto levou a realização de uma segunda votação em Outubro do mesmo ano em que Kabila conquistou 58,05% dos votos contra 41% de Bemba.

Mais de 18.500 candidatos disputaram os 500 lugares do parlamento numa eleição parlamentar paralela. Os resultados provisórios das eleições parlamentares serão divulgados nos meados de Janeiro. r



Declaração conjunta

Sobre as eleições

presidenciais e parlamentares na República Democrática do Congo

FAPÓS A conclusão das eleições presidenciais e parlamentares realizadas a 28 de Novembro de 2011 uma discussão aprofundada realizou-se entre as missões de observadores abaixo mencionadas. A luz da Declaração da OUA adoptada em Julho de 2002, em Durban, sobre os princípios e directrizes que regem eleições democráticas em África, as missões concordaram com a seguinte declaração conjunta:

"As missões de Observadores Africanos para a República Democrática do Congo (União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral (SADC), a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR), a Comunidade Económica da África Central (ECCAS), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA):

1. Elogiam a determinação do povo congolês por realizar as segundas eleições democráticas a 28 de Novembro de 2011, uma vez que isso irá consolidar a paz, reforçar a reconciliação nacional, impulsionar o processo democrático e assentar as bases para uma paz duradoura, desenvolvimento económico e social;
2. Apreciam a vontade, o entusiasmo e a grande afluência do povo congolês durante as eleições;

3. Congratulam-se com a realização bem sucedida das eleições apesar dos numerosos desafios que o País está a enfrentar e observaram que os desafios técnicos e logísticos não afectaram a realização das eleições;

4. Saúdam os esforços feitos para ajudar o povo congolês para livremente exercer o seu direito de voto;

5. Lamentam alguns actos isolados de violência durante as eleições;

6. Apelam a todos os intervenientes políticos congoleses para continuarem a mostrar um elevado sentido de responsabilidade e aceitar o resultado das urnas, e caso haja qualquer litígio devem ser observados devidamente os processos legais;

7. Acolhem o espírito de cooperação e solidariedade durante a observação das actuais eleições e exortam todas as partes interessadas, incluindo os parceiros, a contribuir significativamente para o processo democrático na República Democrática do Congo.

Chefe das delegações da AUEOM; SEOM; ECCAS; ICGLR; COMESA" r

África Austral pronta para o CAN

TRÊS PAÍSES da África Austral irão apresentar o perfil regional na fase final da Copa Africana de Nações (CAN) de 2012 a ser co-organizado pela Guiné Equatorial e Gabão em Janeiro-Fevereiro.

Angola, Botswana e Zâmbia reservaram os seus lugares na fase final do próximo ano como vencedores de grupo e juntam-se a 13 Países africanos que participarão no torneio Bianaual.

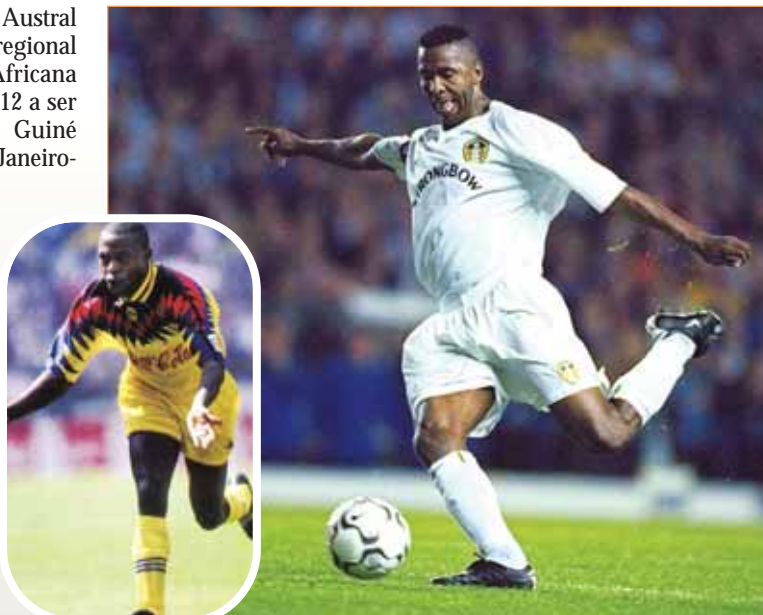
Angola, que sediou a final anterior em 2010, tomou o seu lugar apenas no último dia de qualificação quando bateu a Guiné-Bissau por dois a zero. O Botswana surpreendeu os seus oponentes e será uma equipe emergente para se assistir, enquanto Zâmbia vai para as finais do CAN com um registo de 15 vezes.

O Melhor momento da Zâmbia no torneio continental foi em 1994 quando, contra todas as probabilidades, a associação de futebol da Zâmbia conseguiu montar uma equipe forte que atingiu a fase final de 1994, após a perda de toda a equipe num acidente aéreo no ano anterior.

A equipe da Zâmbia pereceu em 1993 perto do Gabão quando se deslocava para ir jogar no Senegal para qualificação para a Copa do mundo.

O Presidente da associação de futebol da Zâmbia, Kalusha Bwalya, que capitaneou a equipa pioneira de 1994, manifestou optimismo que a sua equipa vai fazer um bom torneio apesar de ter dispensado o seu treinador italiano por motivos mútuos.

"O treinador fez um bom trabalho", disse ele, acrescentando que as alterações no departamento técnico estão



Kalusha Bwalya



Lucas Radebe

sendo feitas para melhorar a equipa.

O sorteio para a fase final do CAN de 2012 colocou Angola emparelhado com a Costa do Marfim, Burkina Faso e Sudão no

grupo B, enquanto o Botswana foi agrupado com Guiné, Gana e Mali no grupo D. A Zâmbia vai lutar no grupo A, juntamente com o anfitrião Guiné Equatorial, Líbia e Senegal.



Peter Ndlovu

As duas primeiras equipas de cada um dos quatro grupos se qualificarão para a segunda fase.

A Copa das Nações da África tem-se mantido um torneio influente desde 1957, quando o torneio inicial foi realizado em Cartum, Sudão.

A África do Sul é o único País da África Austral que já venceu a Copa das Nações de África, quando acolheu a final do evento em 1996.

Angola foi o segundo País da SADC a sediar as finais, em 2010, quando quatro equipas da África Austral participaram: Angola, Malawi, Moçambique e Zâmbia. sardc.net r

SADC lança campanha de Renascimento Cultural Africano

A África Austral lançou a campanha de Renascimento Cultural africana destinada a promover o espírito Pan Africanista, renovação cultural e identidade como parte dos valores partilhados do continente africano.

A campanha – um programa de dois anos da Comissão da União Africana (UA) – tem os seguintes componentes fundamentais:

- Promoção dos símbolos UA (a bandeira, o hino e o logotipo);
- Promoção de valores culturais africanos, incluindo línguas africanas; e
- Promoção da ratificação da carta para o Renascimento Cultural Africano para assegurar a sua entrada em vigor.



O principal objectivo da campanha é popularizar a carta para o Renascimento Cultural Africano na região da SADC para permitir uma melhor compreensão desta ferramenta continental e promover a sua ratificação.

A carta foi adoptada na sexta sessão ordinária da

Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em Janeiro de 2006 em Cartum, Sudão.

Falando no lançamento da campanha da SADC, o Ministro sul-africano de Artes e Cultura, Paul Mashatile, disse que os Estados-Membros devem utilizar a carta para promover a unidade da região. Apelou aos Países membros para ratificarem a carta em 2012.

"O nosso património comum, as nossas ricas e diversificadas culturas, bem como as nossas expressões artísticas devem ser usados para consolidar os laços de amizade e solidariedade que já existem entre os nossos povos há muitos anos". r

DIÁRIO DE EVENTOS Dezembro 2011-Fevereiro 2012



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 14 No 1 Dezembro 2011

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guião para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglene Tauya, Stalin Tazvitya,
Phyllis Johnson, Patience Ziramba, Ndiyavhonga Ndou,
Forbes Chinyemba.

ONSELHO EDITORIAL
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC
Leefa Penehupifo Martin

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1, P6, P16 SARDC, gstatic.com, Nampower; P2, Fedusa.org.za,
worldspresidents.com, mega-flags.com;
P4, globalenvision.org, wikimedia.com; P7 planes.cz, panoramio.com,
rudijeggle.co.za; P8 ecogeneration.com; P9, lostonshore.typepad.com;
P12 Joseph Ngwawi; P13 aneki.com, P14 sporting-heroes.net,
equaliserfootball.com, flickr.com

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net
www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento




www.sardc.net
Knowledge for Development

Dezembro 29 Nov-9 Dez, África do Sul	COP17 Cimeira sobre alterações climáticas A 17ª Conferência das partes (COP17) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas (UNFCCC) reúne-se em Durban, África do Sul para discutir soluções para o aumento da média global do ar e temperaturas do oceano, derretimento generalizado da neve e do gelo e subida do nível do mar devido ao aumento das emissões de gases com efeito de estufa.
1 Dezembro, UN	Dia Mundial da SIDA A 1 de Dezembro de cada ano, a SADC junta-se ao resto do mundo na comemoração dia mundial do SIDA. O tema deste ano é "Começar do Zero".
6-7, Dezembro, por indicar	Seminário sobre o Plano Director de Desenvolvimento de infra-estrutura da SADC Especialistas vão se reunir para discutir os planos para acelerar o desenvolvimento de infra-estrutura regional. O plano director de desenvolvimento de infra-estrutura da SADC visa orientar o desenvolvimento de infra-estruturas fundamentais tais como rodoviárias, ferroviárias e portos.
12--16 Dezembro, Ethiopia	Conferência de Ministros de desenvolvimento de Recursos Minerais da UA Realizada sob o tema "construir um futuro sustentável para a indústria extractiva da África: da visão à acção", a conferência irá discutir a implementação de vários planos de acção africanos.
Janeiro 21 Jan-12 Fev, Gabao e Guine Equatorial	Copa das Nações Africanas Um total de 16 Países da África vai competir no torneio de futebol de bianual. Três equipas da SADC – Angola, Botswana e Zâmbia – irão apresentar o perfil regional na fase final.
16 - 19, Emiratos Arabes Unidos	5ª Cimeira Mundial de Energia A Cimeira irá concentrar-se na inovação de energia e na implementação de políticas, desenvolvimento de tecnologia, finanças e abordagens de investimento e projectos existentes e futuros.
24-25, África do Sul	Financiamento do Clima finanças de mercados de carbono em África Como primeira reunião Africana após 17 COP, o evento de 2012 sobre o financiamento do clima e mercados de carbono em África procurará enfrentar os principais desafios da expansão de projectos de clima em África.
26-27, Zimbabwe	Cimeira da África Austral sobre TIC para a Educação A Cimeira irá focar áreas-chave para estabelecer parcerias entre os ministérios da educação e o sector privado para melhorar a utilização das TIC na educação.
29-30, Ethiopia	18ª Sessão ordinária da União Africana Chefes de Estado e de Governo vão se reunir na sua 18ª Sessão Ordinária da União Africana, precedida de reuniões técnicas usuais e do Conselho de Ministros. O tema da cimeira é "Impulsionar o comércio intra-africano".
Fevereiro 21-23, África do Sul	Conferência Africana de energia - Indaba A conferência anual pretende explorar maneiras como a África poderia aproveitar seus enormes recursos de energia para atingir a auto-suficiência energética.
Por indicar, Zambia	38ª Reunião do SAPP A reunião deverá rever a situação de energia na África do Austral. O SAPP é composto por 12 empresas de electricidade na região da SADC.
20-22, Quénia	Fórum Ministerial de ambiente O Fórum irá explorar formas da comunidade global adaptar-se as mudanças climáticas. O tema é "economia verde e governação ambiental internacional e questões emergentes". O UNEP vai lançar o resumo da Previsão Global do Ambiente (GEO-5) para os decisores políticos

50 Anos

1961 – 2001



Tanzânia @ 50: "Não há nenhum desvio para as nossas aspirações"

O DIA 9 de Dezembro deve ser comemorado em toda a África Austral, como é a data que Tanganica (actual Tanzânia) alcançou a independência, há 50 anos, em 1961, e sem esta data, o resto da África da Austral poderia ainda não estar independente.

A prioridade da nação recém independente e do seu então Primeiro-Ministro, Julius Kambarage Nyerere, foi o desenvolvimento nacional, mas ele via isso como sendo inatingível sem a independência dos Estados vizinhos.

Nyerere, conhecido por Mwalimu, professor no idioma Swahili, foi o pai de libertação da África Austral e um dos fundadores da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Nenhum dos países que agora formam a SADC estava independente nessa altura, os seguintes foram o Malawi e Zâmbia em 1964.

Embora a África do Sul fosse considerada tecnicamente independente da potência colonial, a Grã-Bretanha, este País foi governado sob o sistema de apartheid de desenvolvimento separado que negava o voto e outros direitos humanos para a maioria negra.

Um ano após a independência formal da Grã-Bretanha, Tanganica se tornou uma República com Nyerere como seu primeiro Presidente. Após a revolução em Zanzibar, apenas um ano mais tarde, Nyerere negociou a União de Tanganica e Zanzibar formando a República Unida da Tanzânia, em Abril de 1964.

Nyerere perseguiu os ideais da libertação, democracia e humanidade comum para o resto do continente e, com os líderes dos outros poucos países africanos que eram independentes em 1963, criou a Organização da Unidade Africana (OUA), que mais tarde se tornou União Africana.

O principal objectivo foi libertação política para o resto do continente. O seu instrumento para alcançar este objectivo, o Comité de Libertação da OUA, estava baseado na Tanzânia, e a maioria dos movimentos de libertação também basearam-se lá em algum ou outro momento.

Ele acreditava que a unidade do continente era possível, apesar de longo prazo, começando com independência política e de integração económica.

"Há um sentido no qual a unidade Africana já existe", disse ele. "Há um sentimento de 'Africanismo', uma sensação de envolvimento mútuo, que permeia toda a vida política e cultural do continente".

Embora ele apoiasse e pressionasse para independência através da via de negociação e de meios não violentos, ele também entendeu que as armas seriam necessárias para desalojar os governantes coloniais brancos no sul do continente e a Tanzânia acolheu o Comité de libertação da OUA para este efeito durante 30 anos.

Quando alguns dos outros Países foram forçadas a enveredar pelas guerras de libertação para eventualmente atingir o mesmo fim, a Tanzânia forneceu apoio político, material e moral até independência e a maioria foram alcançados em 1975 (Moçambique, Angola), 1980 (Zimbabwe), 1990 (Namíbia) e finalmente 1994 (África do Sul).

Nyerere foi um dos nove líderes que se reuniram apenas antes da independência do Zimbabwe em 1980 para estabelecer A Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que mais tarde se tornou SADC.

Os líderes da Tanzânia, Zâmbia e Botswana tinham formado os Estados da linha de frente em 1974 para trabalhar em conjunto numa frente unida para a segurança comum, sob a Presidência de Julius Nyerere, e esta foi a base do órgão da SADC sobre cooperação política, defesa e segurança.

Nyerere faleceu em 1999 depois de ter visto a maioria de sua visão alcançada na África Oriental e Austral, embora ele sentiu que o desenvolvimento nacional da Tanzânia tinha ficado para trás.

A participação da República Unida da Tanzânia na libertação da África Austral não é conhecida ou quantificada, em dinheiro, vidas humanas e atraso de desenvolvimento.

Apesar de ter sido a liderança de Nyerere que mobilizou a nação inteira para perseguir esta visão, não foi a conquista de uma única pessoa como tanzanianos individuais das áreas rurais e urbanas, poucos shilings de cada pessoa apoiaram apesar de elas não terem poupanças.

Pouco antes de ele se tornar Presidente, Nyerere foi perguntado qual era a mais importante conquista do País até à data. "Aprendemos essa dura realidade da vida", respondeu, "que não há nenhum desvio para as nossas aspirações." *sardc.net*

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Dezembro 2011- Fevereiro 2012

8 Dezembro	Imaculada da Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da Independência e da Republica	Tanzânia
10 Dezembro	Dia dos Direitos Humanos	Namíbia
16 Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
22 Dezembro	Dia da Unidade Nacional	Zimbabwe
25 Dezembro	Dia do Natal	SADC
	Dia da Família	Moçambique
26 Dezembro	Dia da Família	Namíbia
	Dia da Boa Vontade	África do Sul
	Dia do Boxe	Botswana, Lesotho, Swazilândia, Tanzânia, Zimbabwe
27 Dezembro	Feriado Público	Alguns Países da SADC
1 Janeiro	Dia do Ano Novo	SADC
2 Janeiro	Feriado Público	Muitos Países da SADC
		Angola, RDC
4 Janeiro	Dia dos Mártires	Tanzânia
12 Janeiro	Dia da Revolução de Zanzibar	Malawi
		RDC
15 Janeiro	Dia de John Chilembwe	
17 Janeiro	Dia de Patrice Lumumba	
20 Janeiro	Celebração de Taipoomam Cavadee	Maurícias
23 Janeiro	Festival da Primavera Chinesa	Maurícias
1 Fevereiro	Dia da Abolição da Escravidura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia da Luta de Libertação Nacional	Angola
	Dia de Maulid	Tanzânia
7 Fevereiro	Celebração de Thai Poomam Kavady	Maurícias
20 Fevereiro	Celebração de Maha Shivaratri	Maurícias

Retorno de Vítimas de Genocídio

Namíbia recebeu da Alemanha os crânios de 20 pessoas que foram levados para as instituições de investigação alemãs durante o genocídio de 1904-1908 para a "medição científica". Cientistas alemães tentaram provar a "superioridade racial" dos europeus brancos sobre negros africanos, analisando as características faciais dos chefes. Os restos mortais repatriados são de pessoas mortas por tropas alemãs durante o genocídio no antigo Sudoeste Africano alemão. Historiadores dizem que as tropas alemãs mataram entre 60.000 a 85.000 pessoas da etnia Herero e Nama. Não se sabe quantos mais crânios permanecem na Europa.